

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EAD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM PANORAMA DAS PRODUÇÕES DA BDTD 2010-2020**

Franciele Aparecida Henrique Taveira  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
francitaveira@gmail.com

Kelly Cristina da Silva Ruas  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
kellyruas@ufg.br

Carina Elisabeth Maciel  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
carina22em@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

A regulamentação da educação a distância (EaD) vem sendo desenvolvida desde a década de 1990, tendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996) como marco nas políticas públicas educacionais. O artigo 80 difunde que o poder público incentivaria o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada (BRASIL, 1996), passando a ser reconhecida como uma nova modalidade de educacional. Nesse cenário, entende-se a necessidade de compreender o debate que abrange as políticas públicas da EaD na educação superior.

Este texto tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas para EaD no Brasil, com foco na educação superior. Para realizar este estudo, privilegiou-se a pesquisa bibliográfica, desenvolvendo um balanço de produção sobre o assunto, fazendo uma criteriosa revisão de literatura que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 248), complementam e que “consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica.”

Para o levantamento da produção acadêmica acerca do objeto deste estudo, recorreu-se à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esta pesquisa iniciou-se com a delimitação do recorte temporal no período de 2010-2020, levando em consideração 10 anos da EaD; definição dos descritores; busca no banco de dados e análise dos títulos dos trabalhos e palavras-chave das produções, com vistas a identificar as contribuições relacionadas à temática em foco. A estrutura

deste texto percorre o caminho da pesquisa e, em seguida, apresenta as publicações científicas analisadas e algumas considerações.

## **CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Este estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica, seguida de revisão de literatura, objetivando o mapeamento das produções científicas acerca das políticas públicas de EaD na educação superior. Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167) esclarecem revisão de literatura da seguinte maneira:

As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes, uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos.

A pesquisa foi realizada tendo como fonte a BDTD, na qual se buscou analisar os estudos pertinentes às produções sobre políticas públicas na EaD. No processo da investigação, utilizou-se a busca avançada, pesquisando as teses e dissertações, com base nas seguintes configurações: a) Período: 2010 a 2020; b) Termo: assunto; c) Idioma: português; d) Operadores de busca: AND; e) Descritores: política, EaD, educação superior. Após a seleção, analisamos as pesquisas que discutem especificamente as políticas públicas de EaD na educação superior e, por fim, sistematizamos os principais resultados e elaboramos as considerações finais.

## **O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DA BDTD**

A investigação, na primeira etapa – com a utilização dos descritores –, encontrou um total de 27 estudos atinentes às palavras-chave, título e assunto. No entanto, na segunda etapa, quando se delimitou as produções que enfatizam a importância da política pública na EaD, foram identificados apenas quatro trabalhos diretamente relacionados à temática em foco, de acordo o Quadro 1:

Quadro 1 – Teses e dissertações com a temática política na EaD

<b>Título</b>	<b>Autor(a)/Ano</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo de produção</b>
Políticas públicas para o ensino superior a distância e a implementação do sistema do Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná	Costa (2010)	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Tese

Ensino a distância (EAD): sua função enquanto política pública para a democratização do ensino superior	Mello (2019)	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Dissertação
O Sistema Universidade Aberta do Brasil como política de expansão do ensino superior	Wunsch (2014)	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação
As políticas de educação a distância no contexto da mercantilização da educação superior no Brasil (1996-2016)	Peres (2020)	Universidade Estadual de Campinas	Dissertação

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desta análise geral, é importante ressaltar que há quatro produções, sendo três dissertações e uma tese. Desse contexto, dois trabalhos (COSTA, 2012; WUNSCH, 2014) apresentam um consenso sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) como política de expansão da EaD nas instituições públicas. Tal fato que se justifica pela criação desse sistema em 2006, pelo governo federal, juntamente com o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo geral de desenvolver e ampliar essa modalidade educacional por meio de oferta de cursos e programas de educação superior brasileira (BRASIL, 2006).

A tese de Costa (2010) analisa as políticas públicas para a educação superior à distância e a implementação do sistema UAB num estudo de caso nas ações desenvolvidas no estado do Paraná. Como resultado, a autora ressalta que a expansão da oferta de cursos superiores a distância é um fato incontestável e confere credibilidade à UAB, reforçando o discurso em defesa da universidade pública e gratuita. Também observou a necessidade de uma estrutura física adequada para a oferta desses cursos.

A dissertação de Mello (2019) salienta que, com a EaD, a política pública contribuiu para a democratização da educação superior e a influência da inserção das tecnologias da informação e da comunicação para a expansão dessa modalidade educacional. O autor discute que há uma falta de investimento para viabilização das políticas públicas, pois não existem elementos primordiais que apreciariam a EaD e conclui que essa política é apenas para democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Entre os trabalhos analisados, Wunsch (2014) destaca-se pelo aprofundamento à política pública de expansão da EaD por meio da UAB em duas instituições de educação superior do estado de Rio Grande do Sul, evidenciando que, de forma geral e ao mesmo tempo, o sistema UAB colabora para a expansão e interiorização da educação superior pública, mas engessa esse desenvolvimento

quando delinea ações negativas à realidade de cada instituição. Sendo assim, precisa superar alguns desafios relevantes, como: é essencial institucionalizar o sistema UAB; a precarização do trabalho também precisa ser melhorada; o acúmulo de tarefas; a forma de remuneração por meio de bolsas; a terceirização de serviços nas instituições públicas; e a complexidade das relações dos envolvidos no processo.

Por fim, o estudo de Peres (2020) tem como objetivo analisar o marco legal e as tendências de desenvolvimento pela EaD, no país, entre os anos de 1996 e 2016, através de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam a necessidade de um olhar crítico referente à política pública de expansão de acesso da EaD frente à mercantilização da educação superior brasileira.

## CONSIDERAÇÕES

Ao realizar o estudo, identificou-se que ainda existem poucos trabalhos publicados no *site* da BDTD relacionados à política educacional. Foram selecionados somente quatro estudos ao longo de 10 anos e isso significa uma insuficiência, considerando a abrangência do tema.

Constatou-se que os trabalhos analisados mostram que a expansão da EaD nas instituições públicas foi um incentivo do governo federal por meio da UAB. Alguns estudos selecionados abordaram esse sistema atrelado a essa modalidade.

Observou-se, ainda, que as políticas públicas de EaD, simultaneamente, contribuem para expansão dessa modalidade, mas apresentam algumas reflexões importantes: a necessidade de institucionalizar o sistema UAB, a precarização do trabalho, a estrutura física adequada, a terceirização de serviços nas instituições públicas e a mercantilização da educação superior brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 5 jun. 2021.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

VOSGERAU, D. S. R; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 5 jun. 2021.